



REQUERIMENTO DE REQUISIÇÃO Nº _____, DE 2023
(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, ao *Presidente* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) da remessa de documentos e informações relativos a cargos ocupados naquela autarquia federal.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952, e do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, ao *Presidente* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da remessa, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da requisição, de documentos e informações relativos a cargos e funções ocupados naquela autarquia federal conforme especificação a seguir:

1. lista dos ocupantes de cargos comissionados executivos (CCE) e de funções comissionadas executivas (FCE) de níveis 11 a 17, fazendo constar o nome do ocupante e cargo/função correspondentes, indicando, à parte, os superintendentes regionais por superintendência regional ocupada.
2. cópia dos currículos dos ocupantes de cargos/funções referidos o item anterior submetidos à prévia avaliação em obediência aos critérios previstos nos arts. 15 a 19 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, que regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, com a indicação das autoridades responsáveis pela aprovação de cada currículo;
3. a justificação do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, nos termos do que determina o art. 20, no caso daqueles currículos que não atenderam integralmente ao disposto nos artigos referidos no item anterior; e



* C D 2 3 9 4 1 5 1 5 3 9 0 0 *





4. a planilha apresentada pelo chamado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com as indicações para cargos do INCRA, segundo informação publicada em periódico de circulação nacional.

Os documentos ora solicitados deverão ser disponibilizados **em arquivos pesquisáveis e por meio magnético**, o que viabiliza a leitura e o acesso às informações em atendimento à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação).

JUSTIFICAÇÃO

A requisição que se pretende está embasada na matéria que segue transcrita (grifa-se):¹

Governo cede à pressão do MST e nomeia sete novos chefes do Incra após invasões

Movimento promove atos em sedes regionais do órgão e cobra indicação de ‘pessoas comprometidas com a reforma agrária’

SÃO PAULO E SOROCABA – O governo federal cedeu à pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nomeou sete novos superintendentes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Desde domingo, 16, o MST promove invasões de sedes regionais do órgão federal e de fazendas produtivas para pedir a substituição imediata de superintendentes do instituto nomeados durante o governo de Jair Bolsonaro e que o governo nomeie “pessoas comprometidas com a reforma agrária”.

A insatisfação com a manutenção de algumas superintendências consta em nota pública na página oficial do movimento e é reiterada nas declarações de seus líderes, que solicitam também ao governo a retomada da política de reforma agrária. As nomeações, feitas pelo presidente nacional do Incra, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira. Cinco nomeados são nomes apoiados pelo MST, conforme planilha repassada pelo movimento.

O governo nomeou Nelson José Grasselli para a Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, Francisco Erivando Santos de Sousa para a Superintendência Regional do Ceará, Paulo Roberto da Silva para a Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul, Elias D’Angelo Borges para a Superintendência Regional de Goiás, Nilton Bezerra Guedes para a

1 Fonte (Estadão): <https://www.estadao.com.br/politica/governo-cede-a-pressao-do-mst-e-nomeia-sete-novos-chefes-do-incra-apos-invasoes/>; publicação em: 18 abr. 2023; acesso em: 23 mai. 2023.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MESSIAS DONATO – REPUBLICANOS/ES

Superintendência Regional do Paraná, Maria Lúcia de Pontes para a Superintendência do Rio de Janeiro, Edvânio Santos de Oliveira para a Superintendência Regional de Mato Grosso.

O MST apoiou as indicações dos novos superintendentes do Ceará, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e Rio de Janeiro. Anteriormente aos atos desta semana, o Incra havia oficializado novos superintendentes para o Rio Grande do Norte, sendo Lucenilson Angelo de Oliveira, para o Acre, Márcio Rodrigo Alecio, para Santa Catarina, Dirceu Luiz Dresch, para o Distrito Federal, Cláudia Pereira Farinha, conforme publicado no DOU na última sexta-feira (14).

Essa matéria, publicada em periódico de ampla circulação nacional, sugere que o governo federal ou está refém do MST ou está em conluio.

Também é nessa matéria que está noticiada a planilha apresentada pelo chamado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com as indicações para cargos do INCRA.

De uma forma ou de outra, quer parecer estranho que o governo federal nomeie, para cargos da Administração Pública, pessoas comprometidas com uma organização ilegal, que promove invasões de propriedades públicas e privadas, não poucas vezes associadas à destruição do patrimônio público e particular, causando prejuízos incalculáveis e gerando insegurança jurídica.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nossos nobres Pares para que este requerimento possa prosperar.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado MESSIAS DONATO

REPUBLICANOS/ES

Apresentação: 13/06/2023 12:34:42.653 - CPIMS

REQ.n.224/2023



* C D 2 3 9 4 1 5 3 9 0 0 *